

OPINIÃO

Qual a sua opinião sobre as cotas para negros e índios nas universidades federais?

Jerson Carús Guedes, 44 anos, professor do departamento de Defesa Fitossanitária.



“Como instrumento promotor de equalização das oportunidades as cotas seriam perfeitas, se de fato, promovessem a igualdade das chances das pessoas de origem indígena e negra de chegarem à universidade. Mas ao que me parece, o problema não está na questão da origem ou da cor da pele das pessoas, e sim no poder aquisitivo. A oportunidade é negada ou reduzida na medida em que tu és pobre, que tu estudas em instituições que te preparam pior e, que, a tua família é incapaz de se sustentar e tu tens que entrar no mercado de trabalho e muitas vezes abandonar o estudo. As cotas corrigiriam mais as desigualdades se dessem oportunidades para quem não tem condições financeiras. A qualificação do ensino público desde o ensino fundamental seria outra ferramenta importante nessa questão da inclusão”.

Orcial Ceolin Bortolotto, 24 anos, mestrando em Agronomia.

“Eu vejo poucas pessoas negras na universidade. Na minha turma da faculdade eu era o único negro e isso é geral, principalmente nos centros mais elitistas. O problema é que essa medida (a das cotas) não vai acabar com a deficiência que está no ensino básico, onde começa toda a educação. Não sou contra as cotas, mas acho que não é a melhor saída, mesmo não sabendo que outra metodologia poderia ser usada para inserir esse pessoal que é “discriminado” na universidade”.

Gilmar Goulart, professor do curso de Música.



“Eu acredito que é um mecanismo que vai resgatar uma dívida de séculos com essas raças permitindo o acesso ao ensino superior. Eu preferiria que a educação desde o pré-primário fosse prioridade para todos os governos em nível municipal, estadual e federal e que negros, índios, brancos tivessem acesso à educação gratuita e de qualidade e pudessem escolher fazer uma faculdade ou não. Se as cotas realmente permitirem que os filhos de favelados, aquelas crianças que têm poucas chances de estudar cheguem a uma faculdade, o que hoje praticamente é impossível, pois você tem que ter dinheiro para pagar um cursinho, aí sim será feito esse resgate. Mas, o ensino deveria ter qualidade desde o princípio”.



Docentes aprovaram medidas críticas em relação ao governo

Crítica cerrada ao governo durante Congresso

Houve um tempo em que Lula e o seu partido, o PT, eram tratados com muita simpatia pelos servidores públicos e no meio universitário. Nos dias atuais, depois da Reforma da Previdência, da Reforma Universitária e de muitos escândalos, essa postura mudou radicalmente. Em 2005, no Congresso do ANDES em Curitiba, o embate já havia sido duro, com a saída do sindicato das hostes da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Esse ano, o tom das críticas ao governo federal se amplificou. Mesmo temas como as cotas para negros e índios foram muito atacados e, para alguns, considerada uma medida “populista”.

A síntese do 25º Congresso está na “Carta de Cuiabá”, que apontou a necessidade de resistir às investidas dos projetos governamentais, que no entendimento do Movimento Docente jogariam o ensino superior cada vez mais nos braços do setor pri-

vado. O financiamento público, tema geral do encontro, é considerado fundamental para garantir o modelo de universidade pública, gratuita e de qualidade existente no país. Por isso, também, a justificativa da ofensiva que foi iniciada contras as “fundações de apoio” privadas. (Ver página 04)

O ponto central das críticas se refere à política econômica do governo. Conforme o documento extraído do encontro de Cuiabá, “os docentes denunciaram as ações criminosas que vêm sendo perpetradas pelo governo que esmagam a maioria da população brasileira e ampliam a pobreza e a miséria. Isso se dá pela subtração e sonegação de recursos destinados à educação, à saúde, à seguridade social, à moradia e à reforma agrária para pagar os juros da dívida interna e externa, submetendo o país às exigências dos organismos internacionais.”

“Docentes denunciaram ações do governo”

Momento deve ser de “unidade” e “resistência”

Desde a desfiliação da CUT, em 2005, setores do Movimento Docente pregam uma aproximação com a Coordenação de Lutas (Conlutas). No 25º Congresso a discussão veio à tona e, acabou vencendo a não vinculação a essa entidade, bem como a posição contrária dos congressistas de que a Conlutas se transforme em central sindical. A opção aprovada em Cuiabá é de que o ANDES “reafirme sua disposição em empenhar-se na construção de um pólo de resistência sindical e popular ao conjunto das políticas neoliberais do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados.”

Foi aprovado ainda no Congresso, que o Sindicato “continue, em conjunto com suas seções sindicais, sua participação em fóruns como a Coordenação Nacional dos Servidores (CNEFS), a CONLUTAS, a Assembléia Nacional Popular e de Esquerda, fóruns estaduais de luta, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas neoliberais do governo Lula: sindical, trabalhista e universitária e em todos que estejam buscando a

reorganização da classe trabalhadora.” Outro ponto polêmico em relação à Conlutas era de que, no Congresso que ocorrerá, se o ANDES deveria participar com delegados ou com observadores. A decisão foi para que o Sindicato “participe como observador do Congresso da CONLUTAS apresentando documento que argumentará sobre a inoportunidade da sua transformação em entidade formal, defendendo o método do chamamento à unidade de todas as forças dispostas a construir um pólo com base nos princípios da democracia, da autonomia e da independência de classe que tenha um programa mínimo aglutinador e que seja capaz de cumprir papel protagonista nas lutas sociais.”

REPÚDIO- A relação entre governo e sindicatos também foi bastante criticada e teve essa análise crítica divulgada no relatório final do Congresso. Diz o texto aprovado que é preciso “repudiar toda forma de ação sindical colaboracionista a serviço da divisão da classe trabalhadora, em particular a que vem sendo tentada em sua base.” Ressalta ainda que é preciso também “repudiar toda arbitrariedade do governo e patrões em relação à organização sindical dos professores e à sua liberdade de organização”.